



Finanças verdes para a agropecuária brasileira

PROPOSTAS PARA A CONSULTA PÚBLICA ABC+

São Paulo, 30 de setembro de 2021

Sumário

1. Introdução	3
1.1. Argumento geral	5
1.2. Guias disponíveis atualmente.....	5
2. O ABC+ e sua aderência com os guias analisados.....	10
2.1. Taxonomia	10
2.2. Critérios de elegibilidade	12
2.3. Monitoramento e avaliação.....	17
2.4. Divulgação de resultados	18
2.5. Pontos de convergência entre os argumentos expostos e o ABC+	19
3. Instrumentos financeiros no Brasil	23
4. Comentários finais	26

1.1. Introdução

Diante da crescente preocupação com as externalidades negativas das atividades econômicas, em especial em função das mudanças no clima, torna-se essencial aprimorar e investir em tecnologias que permitam aprimorar os sistemas produtivos. De acordo com a FAO (2017)¹, a adoção de tecnologias e práticas que permitam reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE), fomentar ganhos de produtividades, favorecer a adaptação dos sistemas produtivos e gerar benefícios socioeconômicos é fundamental para alcançar a segurança alimentar global em um cenário de impactos climáticos. Entretanto, garantir o acesso a recursos financeiros de diversas fontes é fundamental para possibilitar a adoção de tecnologias, inovação e assistência técnica de forma contínua.

A atividade da agropecuária assume papel extremamente importante nesse cenário, podendo deixar de ser somente “causa”, e passando a ser parte da solução para o enfrentamento das mudanças do clima. Deste modo, a possibilidade de investir em tecnologias e práticas agrônômicas de baixa emissão de GEE é um desafio global e que depende da canalização de recursos financeiros para tal finalidade.

Todavia, como em todos os países do mundo, a agropecuária sofre algumas resistências quanto ao financiamento das atividades produtivas. Isso porque a atividade agropecuária é dotada de certos limitantes que freiam o ímpeto do mercado financeiro como, por exemplo: i) altos riscos (de ordem climática, produtiva, de preços e de mercado); ii) questões estruturais e institucionais no âmbito regulatório; iii) altos custos de transação; iv) dificuldade de monitoramento e avaliação.

Essas limitações se aplicam (inclusive com maior intensidade) no contexto das finanças verdes. A falta de conhecimento sobre os potenciais riscos, custos, expectativas de rendimento e externalidade ambientais positivas que esses empreendimentos podem propiciar é, na prática, um óbice aos investimentos na agropecuária. Ou seja, ainda existe um elevado grau de assimetria de informação que limita o crescimento das finanças verdes.

Com o intuito de reduzir as assimetrias de informação e incentivar recursos privados para fins sustentáveis/verdes, diversas iniciativas vêm sendo construídas de forma a aumentar a capacidade dos mercados financeiro e de capitais em identificar um empreendimento sustentável/verde, bem como auxiliar na emissão de produtos financeiros inovadores. Guias como o *Climate Bonds Initiative* (CBI), *Green Bond Standards* (GBS), entre outros, surgiram nos últimos anos com o intuito de servir como

¹ FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Adoption of climate technologies in the agrifood sector: methodology. Rome, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I7022EN/i7022en.pdf>

um conjunto de diretrizes básicas das emissões de títulos temáticos ao mercado, que sejam capazes de reduzir as assimetrias de informação, bem como oferecer estratégias gerais de monitoramento, avaliação e reporte de resultados relacionados aos empreendimentos com potencial de externalidades socioambientais.

Esses guias são fundamentais para auxiliar no desenvolvimento dos instrumentos financeiros disponíveis atualmente. Com uma ancoragem institucional robusta e aceita no mercado, um guia tem a capacidade de estimular diversos instrumentos financeiros, bem como incentivar o mercado de finanças privadas a ingressar em projetos com fins sustentáveis.

Muito antes do debate acerca das finanças verdes se intensificar, o Brasil apresentou ao mundo um plano inovador com o intento de transformar a estrutura produtiva do setor agropecuário brasileiro. O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC, de 2010 a 2020) definiu estratégias para a agropecuária brasileira no contexto das ações voluntárias de enfrentamento das mudanças do clima. O Plano ABC definiu um *framework* que engloba tanto taxonomias de empreendimentos verdes, quanto uma política creditícia direcionada para esses empreendimentos via Programa ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura.

Diante da consulta pública do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (ABC+), o presente documento busca analisar quais são as potencialidades do ABC+ que podem ser aproveitadas num contexto mais amplo e moderno de finanças verdes. Propõe-se explorar se o ABC+ pode servir como um guia de diretrizes básicas para caracterização e orientar / rotular instrumentos financeiros para empreendimentos verdes/sustentáveis.

Para justificar o argumento, uma comparação qualitativa entre os Guias objetos de análise deste documento e o ABC+ foi realizada. Os resultados indicam que o ABC+ possui diversas similaridades para com os Guias, sugerindo, portanto, seu potencial de subsidiar um guia de diretrizes básicas para empreendimentos verdes na agropecuária brasileira.

O argumento apresentado é capaz de aprimorar três eixos estratégicos da consulta pública do ABC+: 2.5.3. Programa de Acesso à Crédito e Financiamentos; 2.5.6. Programa de Valoração e Reconhecimento; 2.5.8. Programa de Cooperação Estratégica. A aderência da proposta com esses eixos estratégicos está explicitada na seção **Pontos de convergência entre os argumentos expostos e a revisão do ABC** deste documento.

1.2. Argumento geral

Diante da necessidade de canalização de recursos para a transição e manutenção tecnológica na agropecuária para um padrão de baixa emissão de carbono e resiliente às mudanças do clima, é necessário construir um ecossistema de finanças verdes que envolva diversos atores, seja público, privado ou de fundos climáticos. O Plano ABC, nos seus 10 anos de vigência, funcionou como um conjunto de diretrizes para caracterização de empreendimentos verdes orientados para a política agrícola de crédito rural. Em sua revisão, o ABC+ possui diversas aderências com *guidelines* que auxiliam o mercado financeiro no processo de emissão de instrumentos financeiros verdes, e poderia servir como um **guia para orientar o mercado financeiro como um todo**.

1.3. Guias disponíveis atualmente

Para alavancar recursos orientados para projetos agropecuários caracterizados como de baixa emissão de carbono e de adaptação às mudanças do clima, é necessário reduzir as incertezas acerca desses empreendimentos. Diante da assimetria de informação em relação aos potenciais ganhos produtivos e impactos socioambientais, tais projetos possuem uma maior percepção de risco por parte das instituições financeiras. Dado esse cenário, diversas instituições buscaram, nos últimos anos, construir *frameworks* a fim de orientar o mercado no processo de categorização de empreendimentos como verdes/sustentáveis.

De forma geral, os guias que propõem uma orientação acerca do processo de indexação de empreendimentos como verdes/sustentáveis possuem quatro eixos em comum, que buscam definir um *framework* de critérios de elegibilidade, ressaltar a importância da avaliação e monitoramento, bem como explicitar a estratégia de divulgação de resultados. Os eixos podem ser resumidos em:

- **Taxonomias:** conjunto de atividades, tecnologias e práticas elegíveis à classificação. Devem ser definidas baseadas em evidências científicas. Guias podem ser classificados como orientados à atividade (quando não há definição direta das práticas e tecnologias, deixando a critério do emissor do título) ou orientados à tecnologia (quando existe menção explícita às tecnologias e práticas elegíveis). O ABC+ apresenta um conjunto consistente de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC) que podem ser tratados como uma taxonomia;
- **Crítérios de elegibilidade:** processo de escolha dos projetos elegíveis, desde que contemplados nas taxonomias. A maioria dos guias fazem orientações gerais

sobre os critérios de elegibilidade, outros, definem métricas e limites claros para um empreendimento verde/sustentável. O ABC+, por meio da política de crédito via Programa ABC, possui um conjunto de informações exigidas de modo a tornar o projeto elegível ao instrumento financeiro;

- **Monitoramento e avaliação:** orientações gerais sobre estratégias e métricas de avaliação e monitoramento dos impactos ambientais (e financeiros) dos empreendimentos. Na maioria das vezes, sugerem-se estatísticas nacionais, indicadores individuais do empreendimento, bem como calculadoras para cálculo de emissões líquidas de CO₂. O ABC+, por meio do Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (SINABC), pretende monitorar e consolidar os resultados do ABC+.
- **Divulgação:** orientações acerca das estratégias de divulgação de resultados, dando transparência às metodologias e processos utilizados. Fator imprescindível no contexto das finanças verdes, uma vez que uma adequada divulgação de resultados tem potencial de reduzir as incertezas vinculadas aos empreendimentos verdes. Muitas vezes, os guias sugerem a revisão ou verificação dos resultados por terceiros de forma a torná-los mais robustos e transparentes. Além do próprio SINABC, o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) também é uma fonte de reporte de resultados do ABC+ no que diz respeito à política de crédito rural para fins de transição tecnológica.

A **Tabela 1** sintetiza cinco guias selecionados para um exercício de comparação com o Plano ABC. Comentários são feitos embasados nos quatro passos comuns aos guias citados acima. Posteriormente, realiza-se um paralelo entre os argumentos aqui expostos e o documento disponível para a consulta pública do ABC+.

Tabela 1 - Síntese dos guias apresentado por eixo

Guia	Ano	Taxonomia	Crítérios de elegibilidade	Avaliação e monitoramento	Divulgação de resultados
<i>Climate Bonds Initiative (CBI)</i> ²	2021	Sistema que define de forma bem completa quais tecnologias são consideradas de baixa emissão de carbono e/ou resilientes no contexto da agricultura e pecuária. Alta similaridade com o ABC.	Crítérios bem definidos e que contemplam aspectos de mitigação, adaptação/resiliência e bem-estar animal. Comprovações do alinhamento com os critérios de elegibilidade são exigidos, como imagens de satélite e histórico do uso do solo.	Sistema de <i>compliance</i> bem definido, com sugestões de diversos indicadores que podem ser levantados de forma a comprovar o potencial das tecnologias no que diz respeito à mitigação e/ou adaptação. São sugeridas calculadoras de emissões.	Recomendação de divulgação periódica dos resultados, em especial aqueles referentes à adaptação/resiliência.
<i>Green Bond Principles (GBP)</i> ³	2018	Guia geral que contempla macro categorias elegíveis, com alguns exemplos de empreendimentos para cada categoria. Categoria que engloba empreendimentos agropecuários é a “gestão sustentável dos recursos naturais e o uso da terra”.	Objetivos gerais relacionados às externalidades ambientais. Não há um conjunto de critérios pré-definidos, ficando a critério do emissor do título o sistema taxonômico a ser utilizado, bem como os critérios de elegibilidade.	Sugestão de indicadores que devem ser acompanhados ao longo do tempo. Todavia, a estratégia de avaliação e monitoramento é flexível e sujeita aos critérios de cada instituição.	O guia sugere um conjunto de indicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos, para auxiliar na transparência e divulgação dos resultados e impactos dos empreendimentos verdes. Todavia, os indicadores são flexíveis aos projetos e ficam a critério do emissor do título.

²O Agriculture Criteria do CBI pode ser acessado em:

<https://www.climatebonds.net/files/files/standards/agriculture/Agriculture%20Criteria%2020210622v3.pdf>

³O Voluntary Process Guidelines for Issuing Green Bonds do GBP pode ser acessado em:

<https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

<p><i>Green Bond Standard (EU-GBS)</i>^{4,5}</p>	<p>2019</p>	<p>Guia amplo, com diretrizes gerais e específicas para cada atividade econômica. Estabelece tecnologias e práticas específicas para agricultura e pecuária. Construção de uma plataforma para alinhar a taxonomia e auxiliar as instituições financeiras na classificação dos projetos.</p>	<p>Critérios embasados nos objetivos gerais. Além de cumprir com pelo menos um dos objetivos da taxonomia europeia, o empreendimento não pode causar prejuízo a nenhum dos demais objetivos, bem como estar alinhado com critérios sociais mínimos e garantir os critérios de elegibilidade específicos para cada atividade econômica.</p>	<p>O guia especifica as estratégias de transparência e divulgação dos resultados ambientais dos empreendimentos, sugerindo tanto indicadores a serem acompanhados quanto as calculadoras de emissões.</p>	<p>Apresenta estratégias específicas de transparência e divulgação dos resultados ambientais dos empreendimentos. Além disso, é necessária a validação externa de terceiros para reforçar a qualidade dos resultados.</p>
<p><i>Common Principles for Climate Change Adaptation (MDB-IDFC)</i>⁶</p>	<p>2015</p>	<p>Guia dividido em dois eixos, o da mitigação e o da adaptação. O protocolo da mitigação apresenta sugestões e exemplos de práticas elegíveis. Todavia, a escolha final é da instituição financeira.</p>	<p>Critérios de elegibilidade amplos. De modo geral, o projeto deve endereçar de forma clara o potencial de mitigação de emissões ou na remoção de GEE.</p>	<p>Não são definidas estratégias de monitoramento e avaliação, deixando a cargo da instituição financeira.</p>	<p>Guia orientado à rastreabilidade de recursos orientados à mitigação e adaptação. Dessa forma, possui um <i>framework</i> comum para que os bancos de desenvolvimento possam rastrear e reportar o volume de recursos para esses fins.</p>
<p>BNDES</p>	<p>2021</p>	<p>Elenca 9 categorias de projetos elegíveis, 6 verdes e 3 sociais. Na categoria</p>	<p>Avaliação do risco socioambiental do empreendimento e do</p>	<p>Indicação de indicadores, tanto de resultados diretos do projeto quanto resultados</p>	<p>Disponibilização no sítio do BNDES de informações referentes aos</p>

⁴ O Report on EU Green Bond Standard pode ser acessado em:

https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/190618-sustainable-finance-teg-report-green-bond-standard_en.pdf

⁵ Em julho de 2021 o EU-GBS se tornou proposta legislativa e, caso aprovado, será oficialmente o framework adotado por toda a União Europeia.

⁶ O Joint Report on Multilateral Development Banks' pode ser acessado em: <https://www.eib.org/attachments/press/1257-joint-report-on-mdbs-climate-finance-2019.pdf>

		<p>manejo sustentável do meio ambiente e uso da terra, diversas práticas e tecnologias são elegíveis, incluindo todas as práticas preconizadas pelo Plano ABC.</p>	<p>tomador. Definição de três faixas de risco. Ademais, o BNDES avalia questões relacionadas à legislação trabalhista e ambiental. Define ainda critérios de exclusão.</p>	<p>ambientais. Impõe a anuência dos auditores do BNDES quanto às estratégias de monitoramento e avaliação.</p>	<p>direcionamentos dos gastos por projeto, bem como os resultados ambientais de forma anual.</p>
ABC+	2021	<p>Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC). Inclusão de algumas novas práticas se comparado com o ciclo anterior do Plano ABC. Práticas bem consolidadas no contexto brasileiro.</p>	<p>Critérios de elegibilidade vinculados à política de crédito via Programa ABC. Para ser elegível ao recurso, o produtor deve apresentar informações georreferenciadas, histórico do uso da terra, análise de solo, plano de manejo, dentre outras.</p>	<p>Monitoramento e avaliação via Plataforma ABC que, na nova estrutura de governança, se encontra no Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (SINABC).</p>	<p>Principal instrumento de reporte de resultados é via Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) com informações do Programa ABC. Expectativa de que, com a nova governança, aumente a capacidade de divulgação de resultados do ABC+.</p>

2. O ABC+ e sua aderência com os guias analisados

Em sua gênese, o Plano ABC definiu diretrizes, tecnologias elegíveis, critérios de acesso ao crédito rural, bem como um sistema de monitoramento e avaliação e divulgação de resultados. Após 10 anos e com a política estabelecida, o Plano funcionou quase que como um guia de caracterização de empreendimentos verdes para elegibilidade aos recursos subvencionados do crédito rural. Além disso, possui o componente de avaliação e monitoramento dos empreendimentos elegíveis ao crédito rural por meio da Plataforma ABC e ainda possui divulgação de resultados desses empreendimentos verdes por meio do Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro - SICOR.

Diante disso, argumenta-se que, o Plano ABC, mesmo não tendo sido concebido como tal, funcionou na prática como um guia de indexação de projetos verdes no âmbito das finanças públicas (política agrícola de crédito rural). Para ilustrar a potencialidade de transformar o ABC+ num conjunto de diretrizes básicas para orientar o sistema financeiro na emissão de títulos verdes dentre outros instrumentos de financiamento, foi realizado um exercício de comparação do ABC+ com os guias supracitados. A comparação foi dividida por eixo principal dos guias: taxonomia, critérios de elegibilidade, monitoramento e avaliação e divulgação de resultados.

2.1. Taxonomia

A Tabela 2 apresenta algumas categorias de intervenções consideradas sustentáveis e quais as tecnologias e práticas elegíveis para financiamento e sua convergência com o ABC+.

Tabela 2 - Aderência do Plano ABC às principais taxonomias de caracterização de empreendimentos verdes

Categorias	CBI	EU-GBS	MDB-IDFC	BNDES	ABC+
Uso de fertilizantes	Plano de gestão de nutrientes e três práticas opcionais: Fixação biológica de nitrogênio (N); Qualquer prática que reduza ou compense as emissões de óxido nitroso (N ₂ O) em 20%; Fertilizante produzido com métodos de eficiência energética	Plano de gestão de nutrientes para melhorar a eficiência do uso de nitrogênio. Além disso, é necessário a utilização de uma tecnologia de aplicação de N de baixa emissão.	Redução de emissões de gases de efeito estufa além do CO ₂ provenientes de práticas agrícolas (como a redução no uso de fertilizantes)	Fixação biológica de nitrogênio; Sistemas integrados; plantio direto.	Práticas elegíveis: Integração lavoura-pecuária; Bioinsumos; Manejo de resíduos da produção animal (para fins de fertilizantes); Tecnologias e práticas que reduzam o uso de fertilizantes; Plantio direto; Sistemas integrados.
Manejo do solo para sequestro líquido de carbono	Cultivo mínimo; erosão evitada; sem queimadas; Aumento da biomassa acima do solo (culturas de cobertura, sistemas agroflorestais) e retenção de resíduos	Prevenção da compactação do solo; manejo de solos ricos em carbono; manter pastagens permanentes; sem queimadas; conversão de áreas pouco produtivas em florestas.	Técnicas de cultivo reduzido que aumentam os teores de carbono do solo; reabilitação de terras degradadas; restauração de turfeiras	Plantio direto; Sistemas integrados; sistemas agroflorestais; recuperação de áreas degradadas; agricultura orgânica; conservação e restauração de vegetação nativa.	Manejo do solo; Sistema de plantio direto; Florestas plantadas; Recuperação de pastagens degradadas; sistemas integrados.
Energia	Tração, irrigação e armazenamento com eficiência energética; uso de energias renováveis somente.	Em empreendimentos com alto percentual de emissões oriundas do uso energético, promover tecnologias que reduzam as emissões ao longo do tempo, a depender do período do investimento.	Redução do uso de energia na tração, irrigação e outros processos agrícolas.	NA	Manejo de resíduos da produção animal (para fins energéticos e bioinsumos); energias renováveis.
Gestão de resíduos	Uso sustentável de resíduos.	Minimização de perdas pós-colheita.	NA	Reutilização de lodo de esgoto para uso agrícola	Manejo de resíduos da produção animal.
Arroz inundado	Dias de inundação reduzidos em 10%.	Inundação rasa	NA		NA

Percebe-se um alinhamento maior entre o *Agriculture Criteria* do CBI e o ABC+. Ambos são orientados às tecnologias/práticas. Por outro lado, as demais iniciativas são mais generalistas, baseadas em uma atividade e orientando, de forma ampla, ações com potencial de mitigação de emissões e adaptação climática, deixando a critério do emissor/instituição a escolha e definição das práticas e tecnologias a serem consideradas sustentáveis. Todavia, todas as iniciativas compartilham entre si uma característica: a orientação científica no processo decisório.

Algumas das categorias definidas do CBI comportam inclusive, mais de uma tecnologia ABC, como por exemplo a categoria uso de fertilizantes, que pode embarcar tanto a bioinsumos quanto o tratamento de dejetos animais, cujo subproduto é exatamente o biofertilizante.

No documento da consulta pública do ABC+ expande-se a gama de tecnologias e práticas sob o escopo do ABC. Além disso, o documento deixa explícito a intenção de popularizar os SPSABC como taxonomias para outros instrumentos financeiros (Seção 2.3.5, Quadro 3, atividade 16, pg. 98). Percebe-se, portanto, que além de possuir uma taxonomia similar aos guias analisados, a própria revisão do Plano já pressupõe a necessidade de se considerar as tecnologias elegíveis num âmbito mais amplo de finanças.

2.2. Critérios de elegibilidade

Uma vez definida quais atividades, tecnologias e práticas podem ser consideradas sustentáveis/verdes, é necessário a construção de um conjunto de critérios de elegibilidade com o intuito de avaliar se um projeto está realmente alinhado com as tecnologias e práticas listadas na taxonomia.

Cada iniciativa possui um conjunto de critérios de elegibilidade. Alguns, como o caso do CBI, definem critérios bem específicos, como questões de uso da terra, desmatamento, bem-estar animal. Outros, como o GBP e o EU-GBS, definem os critérios de elegibilidade a partir dos objetivos gerais dos sistemas, sugerindo algumas informações quantitativas que podem ser utilizadas para o processo de avaliação. Cabe ao emissor do produto financeiro a responsabilidade de definir até que ponto o projeto está de acordo com os critérios de elegibilidade.

No caso do ABC+, o seu braço de política agrícola (crédito rural), o Programa ABC, possui um conjunto de informações que o produtor rural deve apresentar, cabendo à instituição financeira definir o quão aderente o projeto está em relação ao escopo do Programa ABC. Questões como o projeto técnico, a análise de solo, o histórico de uso do solo, imagens de satélite e inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) são pré-

requisitos mínimos para que um produtor rural seja elegível ao crédito rural com subvenção econômica para fomento de tecnologias de baixa emissão de carbono.

Ao fazer um paralelo com a CBI por exemplo, percebe-se uma alta aderência (em alguns pontos) das informações necessárias para se avaliar a adequação de um projeto (*compliance*). Todavia, existe uma diferença importante. Enquanto no Programa ABC exige-se de forma explícita as coordenadas geodésicas e o histórico de uso do solo da propriedade, sem definir *a priori* um limiar ou critério de uso do solo ou desmatamento (é bem verdade que o desmatamento ilegal já é fator excludente em todo o crédito rural), a CBI define critérios específicos como a não conversão de áreas com alto teor de carbono.

A **Tabela 3** apresenta os critérios de elegibilidade da CBI, bem como as formas de *compliance* desses critérios e as exigências de contrato do Programa ABC.

Tabela 3 - Relação entre os critérios de elegibilidade da CBI e os do Programa ABC

Componente	Elegibilidade CBI	Compliance CBI	Grau de similaridade	Compliance Programa ABC	Comentário
Mitigação	Não conversão de áreas com alto teor de carbono.	Envio de mapas, fotografias georreferenciadas ou imagens de satélite de mudanças no uso da terra e queimadas, por exemplo. Levantamentos de inventário florestal ou outros dados formais do governo também podem ser usados.	Alta similaridade	Croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto que deve ser identificada conforme o MCR 2-1-2: obrigatória a apresentação das coordenadas geodésicas (CG)	Para critérios que envolvam a dinâmica do uso do solo, a estratégia de monitoramento via georreferenciamento adotada pelo Programa ABC é compatível com as sugestões de <i>compliance</i> da CBI.
Mitigação	Status do uso da terra	Envio de mapas, fotografias georreferenciadas ou imagens de satélite de mudanças no uso da terra e queimadas, por exemplo. Levantamentos de inventário florestal ou outros dados formais do governo também podem ser usados.	Alta similaridade	Croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto que deve ser identificada conforme o MCR 2-1-2: obrigatória a apresentação das coordenadas geodésicas (CG)	Mesmo comentário acima.
Mitigação	Cultivo de baixa emissão e manejo animal	Avaliação de GEE verificada ⁷ ; Plano de gestão de fazenda verificado	Média similaridade	Comprovantes de análise de solo e da respectiva recomendação	Uma das limitações do Programa ABC se encontra na

⁷ Dependendo do contexto, a comprovação de que a tecnologia implantada promove redução das emissões não é necessária, como em casos de comprovação de incapacidade de renda, da baixa responsabilidade de emissões, ou do consenso científico de que a tecnologia empregada é

				<p>agronômica, contendo teor de matéria orgânica do solo, além dos itens usuais; plano de manejo agropecuário, agroflorestal ou florestal, conforme o caso, da área do projeto</p>	<p>capacidade de monitorar e avaliar o volume de emissões por tecnologia e por empreendimento. Todavia, um dos critérios de elegibilidade é a apresentação do plano de manejo, bem como a necessidade de análise de solo.</p>
<p>Mitigação/ bem-estar animal</p>	<p>Bem-estar animal\critério de fonte de alimentos</p>	<p>Se a produção agrícola inclui pecuária intensiva no sistema de produção, os padrões de bem-estar animal devem ser conhecidos. O gado confinado / alimentado em estábulo deve usar ração de origem sustentável e de áreas não recentemente convertidas de habitats naturais.</p>	<p>Baixa similaridade</p>	<p>Croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto que deve ser identificada conforme o MCR 2-1-2: obrigatória a apresentação das coordenadas geodésicas (CG)</p>	<p>O Programa ABC não contempla a questão do bem-estar animal e nem da alimentação dos animais de acordo com o sistema produtivo adotado. Todavia, é possível a conferência da área utilizada para a atividade e se esta sofreu conversão recente.</p>

redutora de emissões. Para mais informações, acessar a seção 3.7 do seguinte documento:
<https://www.climatebonds.net/files/files/standards/agriculture/agriculture-criteria-v2-20210622.pdf>

Adaptação/resiliência	Conjunto de critérios relacionados à adaptação e resiliência das propriedades e dos empreendimentos ⁸	Critérios que levam em consideração a exposição ao risco climático, as medidas para a mitigação do risco climático e o monitoramento e avaliação dos riscos e da resiliência.	Nenhuma similaridade	Programa ABC não endereça diretamente critérios de adaptação e de resiliência. Apesar disso, as tecnologias fomentadas são sabidamente resilientes e corroboram com a adaptação climática da propriedade.	Os critérios de adaptação/resiliência não são contemplados no Programa ABC. Questões como os principais riscos climáticos e estratégias de monitoramento da evolução desses riscos e das medidas adotadas para a mitigação desses riscos não são endereçadas. Todavia, a utilização de informações como o ZARC – Zoneamento Agrícola de Risco Climático, pluviosidade e sinistralidade (PSR – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural) podem auxiliar na construção desses indicadores.
-----------------------	--	---	----------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria com base no “*Agriculture Criteria*” do CBI e no Manual do Crédito Rural (MCR) referente ao programa ABC.

⁸ O checklist dos critérios de adaptação/resiliência se encontra no Apêndice 1 do seguinte documento: <https://www.climatebonds.net/files/files/standards/agriculture/agriculture-criteria-v2-20210622.pdf>

Para o cumprimento dos critérios de elegibilidade referentes à mitigação, as estratégias de *compliance* são similares entre CBI e Programa ABC. A dinâmica do uso da terra pode ser facilmente auditada via informações georreferenciadas. A comprovação de que o cultivo, tecnologia ou manejo são de baixa emissão representa uma diferença entre CBI e Programa ABC. Todavia, o manual dos critérios de agricultura da CBI deixa margem para a relativização desse ponto. Países e produtores com baixa renda, que não impõem pressão importante sobre o volume de emissões ou que utilizam de tecnologias já comprovadamente redutoras de emissões não precisam necessariamente apresentar o volume esperado de emissões reduzidas para o empreendimento. Além disso, o Programa ABC exige o plano de manejo da fazenda, o que está em acordo com os critérios CBI.

Outro ponto não contemplado pelo Programa ABC mas que é exigência da CBI é a questão do bem-estar animal e nutrição animal. Para empreendimentos cuja atividade da pecuária está presente, é necessário atestar o bem-estar animal bem como a origem da alimentação do gado, que deve ser sustentável. Além disso, há a exigência de que a área destinada para a atividade não tenha sido recentemente convertida de área natural para áreas de pastagem (fato este passível de ser auditável pelo Programa ABC).

Apesar de as tecnologias fomentadas pelo ABC+ endereçarem a questão da adaptação e da resiliência da atividade agropecuária, o Programa ABC não estabelece nenhum critério de elegibilidade que leve em consideração esses aspectos. Questões como as principais exposições a riscos, o monitoramento desses riscos bem como o monitoramento das ações destinadas para a mitigação desses riscos não é incorporado na elegibilidade dos empreendimentos. Todavia, esse gargalo poderia ser superado a partir de informações amplamente disponíveis e que aumentariam o conhecimento em relação à exposição ao risco climático. O Zonamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), informações de pluviosidade e de sinistralidade do seguro rural poderiam servir de base para a formatação de indicadores que supram a ausência desses critérios.

2.3. Monitoramento e avaliação

Estratégias de monitoramento e avaliação são sugeridas em todos os guias, mas pode-se dizer que são um gargalo no contexto de projetos sustentáveis/verdes. O monitoramento é importante por dois motivos: o primeiro é averiguar se os recursos estão realmente sendo direcionados para os fins pré-estabelecidos; o segundo é exatamente melhorar a capacidade de avaliação dos resultados desses recursos direcionados para objetivos de mitigação e/ou adaptação.

Para monitorar e avaliar os impactos ambientais, os guias sugerem para o caso da mitigação, **calculadoras de emissões** que sejam amplamente utilizadas. Além disso,

indicadores como a qualidade da água e dos solos, matéria orgânica e resíduos também são sugeridos. Para o caso da adaptação/resiliência, os guias orientam a utilização de informações e estatísticas nacionais como histórico pluviométrico, incidência de eventos catastróficos, perdas de produtividade, dentre outros. Todavia, o monitoramento e a avaliação por empreendimento rural é ainda um dos grandes desafios, apesar da grande expectativa de superação com a evolução do sensoriamento remoto e das imagens de satélite.

No caso do Plano ABC, o monitoramento é realizado pelo MAPA por meio do Comitê Diretor da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa, ou Plataforma ABC. A Plataforma busca quantificar o volume de emissões e remoções oriundas das intervenções com as tecnologias fomentadas pelo Plano.

Para os próximos 10 anos, no texto em consulta pública são definidos quais indicadores serão monitorados referentes a cada tipo de tecnologia. Outro ponto salientado ao longo do texto é o aprimoramento do SINABC, bem como a sugestão de construção de um conjunto de indicadores a serem monitorados em casos de projetos de cooperação com outras entidades (Seção 2.3.8, ação nº2, pg. 124). A definição de um guia com diretrizes básicas está alinhada com essa intenção do MAPA, uma vez que tal guia orientaria todo o mercado no que diz respeito aos indicadores a serem monitorados.

Também sugere-se **incluir a CVM – Comissão de Valores Mobiliários na estrutura de governança de monitoramento e avaliação**, considerando que diversos títulos verdes relacionados às SPSABC são transacionados no mercado de capitais e não capturados pela política ABC+.

2.4. Divulgação de resultados

A divulgação de resultados, parte fundamental para a redução das incertezas relacionadas aos empreendimentos verdes, é um processo intimamente ligado à capacidade de monitoramento e avaliação. Por meio de divulgações periódicas dos resultados dos empreendimentos captados pela estratégia de monitoramento e avaliação, as instituições financeiras são capazes de apresentar ao público, resultados financeiros e desempenho ambiental de suas carteiras, bem como dos projetos verdes em seus portfólios.

Os guias também sugerem estratégias gerais de divulgação de resultados, muitas vezes com exemplos de formatos para a adequada divulgação. Além disso, os guias reforçam a necessidade de uma validação externa realizada por terceiros, com o intuito de reforçar a robustez dos resultados identificados.

É possível identificar que o ABC+ também possui uma ferramenta de divulgação de resultados. A própria Plataforma ABC, instrumento de monitoramento e avaliação, também serve como estratégia de divulgação de resultados. Outra fonte importante de informações relacionadas ao Programa ABC é o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR que concentra todas as informações relacionadas às operações de crédito de todos os programas do Plano Safra, incluindo o Programa ABC (inclusive utilizado pela Plataforma ABC como fonte de informações). Deste modo, informações como valor financiado, produto financiado, subprograma do ABC, área financiada, número de contratos, dentre outros são facilmente levantadas.

2.5. Pontos de convergência entre os argumentos expostos e o ABC+

Considerando os obstáculos para estimular o financiamento privado voltado para práticas sustentáveis, o ABC+ pode atuar como facilitador das finanças verdes norteando o mercado financeiro a emitir títulos, criar instrumentos financeiros mistos, como *blended finance* e estimular a criação de fundos de investimento no ABC+, tendo a nova política como um *framework* que reconheça os Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC) como critérios verdes que compõem um ecossistema de financiamento.

A proposta, portanto, parte do princípio de que o ABC+ é dotado de características suficientes para servir de norte para o mercado financeiro como um todo, com o intuito de auxiliar na classificação de empreendimentos e definir critérios mínimos e diretrizes gerais de monitoramento, avaliação e divulgação de resultados. Vale ressaltar que, em relatório⁹ recente em parceria com o MAPA, o próprio CBI considera o Plano ABC, em especial o Programa ABC, um *pipeline* de investimentos importante e com potencial de alavancar as finanças verdes no Brasil.

No documento da consulta pública do ABC+ fica evidente o papel que os SPSABC possuem com as finanças verdes, tema que merece ser aprimorado ao longo dos anos visando estimular novos instrumentos financeiros ou vincular aqueles existentes ao ABC+. Para além dos instrumentos financeiros, a vinculação entre o ABC+ e seguro rural, por exemplo, ilustra de que forma a redução de incertezas pode estimular a concessão de seguros rurais em melhores condições, como pode se observar no trecho a seguir:

Seção 2.5.3, ação nº6, pg. 93: “Estímulo a seguradoras para considerarem menor risco de perdas na contratação do seguro rural para produtores que

⁹ O relatório completo pode ser acessado em:
https://www.climatebonds.net/files/reports/brazil_agri_roadmap_english.pdf

adotam e mantêm SPSABC. As seguradoras e resseguradoras deverão ser estimuladas a considerar os benefícios dos SPSABC quanto à mitigação de risco. Para tal, os agentes financiadores poderão identificar e comunicar os benefícios dos SPSABC que reduzem os riscos na contratação do seguro rural, para que sejam reconhecidos pelas seguradoras e resseguradoras como redutores de perdas climáticas. Isso estimularia os produtores a adotarem e manterem SPSABC. Atualmente, não há meios disponíveis (instrumentos legais e mecanismos de verificação) para realizar o acompanhamento da efetividade desses benefícios ao produtor”.

O trecho deixa explícito que produtores rurais que adotam tecnologias de baixa emissão de carbono possuem maior resiliência e, portanto, menor propensão ao sinistro. Deste modo, o mercado de seguros poderia contemplar no processo de precificação da apólice, questões de manejo e tecnologias empregadas na atividade agropecuária. Apesar de não deixar claro o “como”, o Plano Operacional do ABC+ em consulta pública abre margem para a discussão do seu uso no contexto dos instrumentos de gestão de riscos, seja via política agrícola por meio do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), ou via mercado de seguro rural, com melhores condições de apólice. Independente do instrumento, a proposta do ABC+ ser considerado um Guia poderia facilitar todo o processo.

Com um *guideline* claro e a institucionalização do ABC+ como forma de estimular o mercado financeiro a fomentar a agropecuária sustentável, alinhada com o enfrentamento das mudanças do clima, o ABC+ pode servir como base para nortear e fomentar um ecossistema de investimentos privados na agropecuária sustentável. Esse argumento se aplica a outros trechos do documento em consulta pública que tratam da aplicação do ABC+ num contexto de finanças verdes, de forma mais ampla:

Seção 2.3.5, ação nº7 pg. 94: “Estímulo à criação de novos mecanismos de financiamento via economia verde. No ABC+, novos instrumentos econômicos serão incentivados para que os produtores se sintam estimulados a adotarem e manterem SPSABC. Nessa ação, serão fomentados iniciativas e projetos embasados nos SPSABC, passíveis de financiamento via economia verde, como títulos e valores mobiliários verdes”.

Seção 2.3.5, Quadro 3, atividade 16, pg. 98: “Propor os SPSABC como iniciativas passíveis de financiamento de economia verde”.

Seção 2.3.5, Quadro 3, atividade 17, pg. 98: “Apoiar a criação de mecanismos de financiamento de economia verde que visem à adoção e manutenção dos SPSABC”.

Seção 2.3.5, Quadro 3, atividade 18, pg. 99: “Fomentar a tomada de recursos via outras fontes de financiamento no contexto da economia verde, para a adoção e manutenção dos SPSABC”.

Nos trechos destacados percebe-se o intento do MAPA em estimular a adoção dos SPSABC via instrumentos financeiros além da política de crédito rural. Para tal, estipula-se o fomento a novos produtos financeiros e outras fontes de financiamento via “economia verde”, termo este abrangente.

Apesar de não deixar claro se a tal economia verde representa as finanças privadas e fundos climáticos (mesmo que soe implícito), os trechos salientados deixam claro que o diagnóstico do MAPA é o de que, para a efetiva transição tecnológica e sua respectiva manutenção, se faz necessária a inclusão de outros atores no contexto de finanças verdes. Desta forma, mais uma vez a sugestão aqui proposta apresenta alinhamento com a visão do MAPA. Uma vez definido um conjunto de diretrizes básicas embasadas no ABC+ e em sua expertise de mais de uma década, os riscos seriam reduzidos abrindo margem para uma ampla gama de instrumentos financeiros.

Deste modo, como contribuição à consulta pública, sugere-se **INCLUIR o seguinte trecho na Seção 2.3.5, Quadro 3, pg. 95:**

“Atuar na construção de um guia de diretrizes gerais do ABC+ para a caracterização de empreendimentos agropecuários verdes, alinhados aos SPSABC de forma a facilitar e orientar produtos financeiros privados e fundos climáticos, além de outros instrumentos”.

Outro trecho da consulta que ilustra o potencial do ABC+ enquanto um Guia seria no que diz respeito aos instrumentos de reconhecimento e valorização dos produtores que adotam as SPSABC, como observado nos trechos destacados abaixo:

Seção 2.5.6, ação n°1, pg. 117: Realizar diagnóstico para identificar critérios e mecanismos para reconhecimento e valorização dos produtores, organizações, produtos e propriedades que utilizam os SPSABC. O diagnóstico será importante para apoiar o desenvolvimento e incentivar o uso de mecanismos para reconhecimento e valorização da propriedade, produtores, organizações e produtos oriundos de SPSABC, garantindo, assim, que os critérios e os mecanismos sejam apropriados para cada situação.

Seção 2.5.6, ação n°2, pg. 117: Apoiar o desenvolvimento e incentivar o uso de mecanismos para reconhecimento e valorização de propriedades, produtores, organizações e produtos oriundos de SPSABC. Uma vez feita a identificação dos critérios e mecanismos mais apropriados, o apoio ao desenvolvimento e incentivo

de mecanismos mais eficientes de reconhecimento e valorização poderão ser implementados com maior sucesso.

Uma vez definido um conjunto de diretrizes gerais na forma de um Guia ABC+, seria possível uma maior caracterização de empreendimentos verdes/sustentáveis alinhados aos preceitos básicos do ABC+. Tal fato potencializaria a capacidade de diferenciação de produtores que adotam SPSABC e os que não adotam, inclusive via instrumentos financeiros. Dito isto, sugere-se **INCLUIR na Seção 2.5.6, Quadro 6, pg. 118:**

“Apoiar a diferenciação de produtores que adotam as SPSABC para além da política agrícola. Para tal, se faz necessário a construção de um guia de diretrizes gerais que caracteriza um empreendimento como sustentável alinhado aos preceitos do ABC+”.

Por fim, destacam-se alguns trechos referentes à seção que trata do Programa de Cooperação Estratégica, instrumento que busca identificar possíveis parceiros, tanto nacionais quanto internacionais, com o intuito de ampliar as ações do ABC+:

Seção 2.3.8, ação nº1, pg. 124: “Prospecção de fontes de financiamento para elaboração de projetos de cooperação. Para tal, será elaborada uma carteira atualizada de potenciais projetos a serem apoiados via cooperação, cujo foco é a ampliação das ações do ABC+. Também serão elaboradas e submetidas notas conceituais para potenciais financiadores, bem como difundidas ações já realizadas e resultados de projetos de cooperação já finalizados, por meio de material de divulgação e missões internacionais, com vistas a ampliar a carteira de financiadores”.

Seção 2.3.8, ação nº2, pg. 124: “Monitoramento e acompanhamento da execução e sistematização de dados de projetos de cooperação. Esta ação prevê a consolidação das informações e construção de uma base de dados dos projetos de cooperação, disponibilizados para monitoramento e acompanhamento pelo SINABC”.

Os trechos destacados demonstram o interesse do MAPA em identificar parceiros dispostos a implementar as ações do ABC+. Além disso, o texto indica que o próprio MAPA deve definir uma estratégia de monitoramento e avaliação comum para esses projetos cooperação. Mais uma vez esses trechos vão exatamente de encontro com o argumento aqui explicitado: **construir um *framework* de finanças verdes embasados nos preceitos do ABC+ facilitaria a prospecção de novos projetos e parceiros.** Além disso, o *framework* conteria as diretrizes básicas que tais projetos e parceiros deveriam seguir, não só em termos de taxonomia ou critérios de elegibilidade, mas também na

estratégia de monitoramento, avaliação e reporte de resultados, sugerindo um conjunto de indicadores mínimos a serem perseguidos e avaliados.

Portanto, sugere-se **INCLUIR a seguinte atividade na Seção 2.5.8, Quadro 8, pg. 125:**

“Construir, no âmbito do “guia de diretrizes gerais do ABC+” sugerido para o eixo “Programa de Acesso a Crédito e Financiamentos”, um conjunto de métricas e estatísticas monitoráveis e avaliáveis de forma a buscar o alinhamento com as estratégias de monitoramento, avaliação e divulgação de resultados do ABC+”.

3. Instrumentos financeiros no Brasil

Como argumentado ao longo deste documento, o ABC+ tem o potencial de, além de servir de subsídio às finanças públicas por meio da Política Nacional de Crédito Rural, auxiliar todo o mercado financeiro no financiamento da transição tecnológica, dentre outros instrumentos. Para tal, **o ABC+ poderia ser formatado como um guia de diretrizes básicas para caracterização de empreendimentos e de produtos financeiros.** Esse guia teria o potencial de melhorar instrumentos financeiros hoje em vigor no Brasil, bem como incentivar a construção de novos. É possível elencar alguns instrumentos financeiros que atualmente financiam projetos sustentáveis/verdes no Brasil, podendo ser tanto privados, quanto mistos aos moldes do *blended finance*.

De forma geral, o *blended finance* pode ser caracterizado como o uso combinado de recursos comerciais, que possuem expectativa de retorno sujeito a um grau de risco, e recursos concessionários, com o intuito de produzir adicionalidade não financeira em termos de desenvolvimento. Essa adicionalidade deve ser mensurável e passível de monitoramento (HAVEMANN; NEGRA; WERNECK, 2020)¹⁰.

Como forma de ilustrar o potencial do ABC+ na construção de instrumentos financeiros capazes de financiar a transição tecnológica na agropecuária, a **Tabela 4** apresenta um conjunto de instrumentos já adotados no Brasil, com algum exemplo “verde”, caso identificado, e quais seriam os potenciais ganhos caso um **Guia de diretrizes gerais ABC+ seja** formatado.

¹⁰ HAVEMANN, T.; NEGRA, C.; WERNECK, F. Blended finance for agriculture: exploring the constraints and possibilities of combining financial instruments for sustainable transitions. **Agriculture and Human Values**, v. 37, n. 4, p. 1281–1292, 2020.

Tabela 4 - Instrumentos financeiros orientados ao financiamento de fins verdes/sustentáveis no Brasil

Categoria	Instrumento	Descrição	Exemplos “verdes” no Brasil	Potencial do ABC+
Títulos	CPR – Cédula de Produto Rural	Título de promessa de entrega futura de produto agropecuário.	CPR Verde – possibilidade de comercialização de carbono. Empresas com passivo ambiental compram títulos de produtores com ativo ambiental. Outro exemplo é a emissão de CPR Agroindustrial verde para compra de gado proveniente de sistemas integrados de baixa emissão de carbono.	Maior capacidade de identificação de empreendimentos verdes que estejam alinhados com os preceitos básicos do ABC+, facilitando, portanto, a emissão de títulos verdes.
Títulos	CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio	Títulos de crédito lastreados em recebíveis originados de negócios rurais. Emitido por securitizadoras.	CRA Verde – título direcionado à empreendimentos que alcancem benefícios ambientais observáveis e verificáveis. Ex: recuperação de solos, recomposição florestal, sistemas integrados. Tereos, Suzano, FS Bioenergia, Rizoma Agro, SLC Agrícola e outras empresas já emitiram CRA Verde.	Mesmo argumento do CPR.
Títulos em moeda estrangeira	CRA e CDCA em moeda estrangeira e demais <i>Green Bonds</i> ou <i>Sustainability Linked Bonds</i> .	Possibilidade de emissão de CRA em moeda estrangeira desde que emitido no exterior, sem incidência de tributação sobre variação cambial. Além disso, empresas emitem <i>Green / Sustainability Bonds</i> com possibilidade de captação de recursos no exterior.	BRF, Suzano, AES Tietê, JBS, Marfrig e Taesa são exemplos de empresas que já emitiram algum <i>Green / Sustainability Bond</i> no exterior.	Mesmo argumento do CPR.

Títulos	CDCA – Certificado de Direitos Creditórios Agronegócio	Título de crédito emitido por cooperativas e empresas. Arelado a direitos creditórios originários de negócios entre produtores rurais e terceiros.	Não identificado	Mesmo argumento do CPR.
Fundo	FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	Fundo de Investimento que aplica em títulos de crédito formados por contas a receber de empresas.	Não identificado	Mesmo argumento do CPR. Desafio de composição do portfólio do fundo, uma vez que todos os direitos creditórios devem ser vinculados a empreendimentos verdes.
Fundo	FIAGRO – Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais	Fundos de investimentos privados para investir em imóveis rurais, ativos financeiros do agronegócio, títulos de crédito ou valores mobiliários.	Não identificado	Potencial de criar Fiagro(s) para as SPSABC. Desafio de composição de portfólio, uma vez que todos os empreendimentos do fundo devem ser verdes.
Título	LCA – Letra de Crédito Agronegócio	Emitido por uma instituição financeira com o intuito de captar recursos para os participantes da cadeia do agronegócio.	Não identificado	Mesmo argumento do CPR.
Título	Debêntures	Títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas de capital aberto ou fechado para financiar projetos ou reestruturar dívidas.	Diversas empresas já emitiram debêntures verdes, mas vinculadas a projetos de energia renovável, infraestrutura, água e saneamento. Consiste numa captação de recursos para projetos que tenham impacto socioambiental positivo.	Com um guia de diretrizes básicas ABC+, a capacidade de reportar resultados bem como a credibilidade desses resultados é aumentada.

3.1. Comentários finais

Diante da crescente necessidade de mudança no padrão produtivo na agropecuária em direção a uma trajetória de sustentabilidade focando na redução de emissões e na adaptação dos sistemas produtivos às mudanças do clima, **o ABC+ deverá se consolidar como uma política estratégica para o desenvolvimento da agropecuária brasileira.** Todavia, para a adequada transição tecnológica se faz necessário potencializar recursos destinados a este fim, construindo formas de se canalizar recursos não públicos em prol de uma agropecuária de baixa emissão de carbono e resiliente.

Diante desse quadro de demanda por liquidez e baixa oferta de recursos via fontes não públicas é que o ABC+ surge com o potencial de mobilização de recursos. Uma vez que o Plano ABC funcionou na última década como um conjunto de diretrizes para caracterizar empreendimentos verdes no âmbito da política de crédito subsidiado, por que não ampliar esse escopo de modo a incentivar outros instrumentos financeiros?

Nos últimos anos vêm surgindo iniciativas que buscam a redução das assimetrias de informação e, por consequência, dos riscos relacionados à empreendimentos verdes. Guias como o *Agriculture Criteria* do CBI e o *Green Bond Standards* da União Europeia são bons exemplos de *frameworks* capazes de orientar o mercado financeiro na identificação de projetos verdes/sustentáveis e na emissão de produtos financeiros destinados a eles.

Dada a similaridade destes guias com o arcabouço do Plano ABC, tanto nos últimos 10 anos, quanto em sua proposta de revisão (ABC+), entende-se que, para um maior alcance do ABC+ no que diz respeito à adoção das SPSABC, este deveria orientar o mercado de modo a facilitar a identificação de empreendimentos orientados à transição de baixa emissão de carbono e traçar diretrizes básicas para a construção de instrumentos financeiros e não financeiros destinados a esses empreendimentos. Deste modo, projetos que não necessariamente estejam sob a égide do ABC+ poderiam ser considerados como tal, desde que cumprissem um conjunto de diretrizes básicas. Tais diretrizes seriam definidas utilizando todo o arcabouço já construído nos últimos dez anos no Plano ABC, seu aprimoramento com o ABC+ e apenas reorganizado numa estrutura de guia.

Essa iniciativa tem o potencial de, além de otimizar o ABC+, melhorar a capacidade de monitoramento e reporte dos impactos vinculados ao financiamento verde no Brasil e outros instrumentos voltados para a agropecuária (como de gestão de riscos). **Com uma taxonomia e diretrizes comuns, as assimetrias de informação e as incertezas relacionadas a projetos de transição tecnológica**

na agropecuária seriam reduzidas, fomentando assim o direcionamento de finanças para este fim.